

Poder Judiciário

Justiça do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011



Poder Judiciário

Justiça do Trabalho Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNJ –	CONSELHO	NACIONAL	DE	JUSTICA
O1 10	COLUBBIA	11110101111		UCDIT

CSJT – CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

TST - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TRT13 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DG- DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA

SGP - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

STP - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

CGP - CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ACS - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AJP - ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

AGE - ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

SCI - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

SCR - SECRETARIA DA CORREGEDORIA

SADM - SECRETARIA ADMINISTRATIVA

SJUD - SECRETARIA JUDICIÁRIA

SEGEPE - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

SPF - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

STI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SAPPE - SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL

SG - SERVIÇOS GERAIS

SMP - SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

SCDP - SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

S1T -SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA

S2T - SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA

CCL – COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

RG – RELATÓRIO DE GESTÃO

UJ – UNIDADE JUDICIÁRIA

IN - INSTRUÇÃO NORMATIVA

DN – DECISÃO NORMATIVA

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

DESEMBARGADOR PRESIDENTE E CORREGEDOR PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE

DESEMBARGADORES
VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO

ANA MARIA FERREIRA MADRUGA

FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA

AFRÂNIO NEVES DE MELO (aposentado em 28/04/2011)

OUVIDOR **EDVALDO DE ANDRADE**

UBIRATAN MOREIRA DELGADO

EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA (Posse em 01/09/2011)

CARGOS DE DIREÇÃO

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA
GLAUCO DA SILVA CAMPOS
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ALBANETE MARIA DE SOUSA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO
CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
GILKA SANTOS DE AQUINO CORREA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
JOSÉ VIEIRA NETO
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
MOACYR BORBOREMA ARCOVERDE

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SAMUEL VON LAER DE NORAT
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA
SECRETARIA DA CORREGEDORIA
ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA
ANDERSON ANTÔNIO PIMENTEL
SECRETARIA JUDICIÁRIA

MÔNICA MARIA LISBOA DE FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

CARLOS ALBERTO VIEIRA DE MELO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEONARDO GUEDES PEREIRA

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MAX FREDERICO FEITOSA GUEDES PEREIRA

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL

MAURÍCIO BARBOSA DE LIRA

SERVIÇOS GERAIS

BALTAZAR PEQUENO

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

INALDO CAMELO VIEIRA FILHO

SERVIÇO DE SAÚDE

MAURÍCIO COUTINHO CUNHA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

WALTER CAVALCANTI DE AZEVEDO

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL

PAULA ADRIANA TEIXEIRA DE CARVALHO PESSOA DE SOUZA

SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA

JOAQUIM ANTÔNIO DOUETTS PEREIRA

SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA

MARIA DE FÁTIMA RAPOSO DE FRANÇA

Sumário

APRESENTAÇÃO	09
ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	10
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ — Relatório de Gestão Individual	10
ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	11
a) Responsabilidades institucionais da unidade	11
I. Competência Institucional	12
II. Objetivos estratégicos	
b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	17
I. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida	17
II. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão	20
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	
ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	
ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010 (SAPPE)	
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	39

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	40
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários.	
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	43
ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	44
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG	44
ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	45
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	45
ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.	
ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	48
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	
ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	
ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	52
ITEM 13 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	
ITEM 15 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	55
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	55
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	62
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	63
ITEM 17 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	65
ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdic	
	66

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial relativos à gestão dos responsáveis pelo TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO – TRT 13ª REGIÃO (TRT13), referente ao exercício financeiro de 2011, tendo sido elaborado observando os Atos Normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU, mais precisamente a Instrução Normativa nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011.

Está organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho da gestão da Unidade Gestora 080005 (UG080005), bem como a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão em relação aos padrões normativos e operacionais, expressos nas normas e regulamentos aplicáveis.

Dos quadros que compõem o Anexo II da parte "A" da DN TCU nº 108/2010, não se aplicam à natureza desta Unidade Judiciária os seguintes itens:

- 01. Quadros A.1.2, A.1.3 e A.1.4. Não se aplicam a esta UJ, uma vez que inexistem unidades agregadas e consolidadas.
- 03. Quadro A.3.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Não aplicável à UJ, porque o valor orçamentário é igual ao valor financeiro e não há insuficiência financeira.
- 05. Quadros A.5.9, A.5.10 e A.5.11. Não aplicável à UJ, posto que não há empregados terceirizados.
- 06. Quadros A.6.1, A.6.2, A.6.3, A.6.4 e A.6.5. Não é aplicável à UJ, pois não foram efetuadas transferências.
- 14. Quadros A.14.1, A.14.2, A.14.3, A.14.4, A.14,5, A.14.6, A.14.7, A.14.8, A.14.9, A.14.10 e A.14.11 Não se aplica a UJ, haja vista inexistir renúncia tributária.
- 15. Quadro A.15.4. Não existem recomendações pendentes no exercício 2011, não havendo, pois, como preencher este quadro.
- 16. Quadros A.16.1 e A.16.2. Não foram efetuadas auditorias no exercício 2011, não havendo, portanto, como preencher os quadros referentes ao item 16.

João Pessoa, 15 de junho de 2012.

PAULO AMERICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

Desembargador Presidente

GLAUCO DA SILVA CAMPOS

Diretor Geral

ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU № 108/2010

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

	Poder e Órgão	de Vinculação	
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: TRIBUNAI	L SUPERIOR DO TRABAL	НО	Código SIORG:
	Identificação da Unid	lade Jurisdicionad	a
Denominação completa: TRIBUN	AL REGIONAL DO TRAB	ALHO DA 13ª REC	GIÃO
Denominação abreviada: TRT 13°	REGIÃO		
Código SIORG:	Código LOA: 15114		Código SIAFI: 080005
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO DA A	ADMINISTRAÇÃO PÚBLIO	CA DIRETA DA UI	NIÃO
Principal Atividade: JURISDICIO	NAL		Código CNAE: 84.2
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533.6018	(083) 3533.6019	(083) 3533-6136
E-mail: gdg@trt13.jus.br			
Página na Internet: http://www.trt	13.jus.br		
Endereço Postal: Av. Corálio Soar	es de Oliveira, s/nº – Centro	- João Pessoa/PB -	CEP: 58013-260
	Normas relacionadas à U	Inidade Jurisdicion	nada
Normas de criação e alteração da U	nidade Jurisdicionada		

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – TRT13, foi criado em 18 de junho de 1985 através da Lei Federal nº 7.324, tendo sido desmembrado do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (Pernambuco). O TRT da 13ª, com sede na cidade de João Pessoa/PB, quando de sua criação tinha jurisdição nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, até que em 25 de julho de 1991 foi criado o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, através da Lei Federal nº 8.215, com jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente, o TRT13 possui vinte e sete 27 (vinte e sete) Varas do Trabalho, distribuídas da seguinte forma: 09 (nove) em João Pessoa, 05 (cinco) na cidade de Campina Grande, 02 (duas) na cidade de Santa Rita e 01 (uma) nas cidades de Cajazeiras, Sousa, Itaporanga, Catolé do Rocha, Patos, Monteiro, Picuí, Areia, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape.

O Regimento Interno deste Regional trata da sua disposição e competência, regulando o processamento dos feitos que lhe são atribuídos pela legislação vigente, bem como enumera e disciplina a formação e funcionamento de seus órgãos e serviços. Por outro lado, o Regulamento Geral de Secretaria fixa a competência das unidades administrativas de sua

Secretaria, dispõe sobre as atribuições dos Cargos e Funções Comissionadas, sobre o pessoal efetivo e seu regime jurídico, além de estabelecer a organização dos demais serviços auxiliares.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada

- Regimento Interno editado pela Resolução Administrativa nº 075/2001 Ata da Sessão Administrativa nº 09/2001 e publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 16/05/2001; alterado pelas Emendas Regimentais: Resolução Administrativa TRT PB nº 222/2004, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 24/02/2005; Resoluções Administrativas TRT PB nºs 094, 095 e 096/2006, publicadas no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 26/10/2006; Resolução Administrativa TRT PB nº 082/2007, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 09/11/2007, e republicada por incorreção no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 18/01/2008; e, atualizado pela Resolução Administrativa nº 088/2008, publicada no Diário da Justiça do Estado-PB do dia 17/11/2008.
- Regulamento Geral de Secretaria editado pela Resolução Administrativa nº 181/2001, publicado no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 02/11/2001; alterado pela Resolução Administrativa TRT-PB nº 051/2005, publicada no Diário da Justiça do Estado da Paraíba em 15/03/2005.

Manuais e publicações re	Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada								
Unidades Gestoras e Gest	Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada								
	Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada								
Código SIAFI		Nome							
80005	TRIBUNAL REGIO	ONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO							
	Gestões relacionadas à U	nidade Jurisdicionada							
Código SIAFI		Nome							
1	7	TESOURO NACIONAL							
	Relacionamento entre Unid	ades Gestoras e Gestões							
Código SI.	Código SIAFI da Unidade Gestora Código SIAFI da Gestão								
	80005	1							

ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

a) Responsabilidades Institucionais do TRT – 13^a Região:

O Planejamento Estratégico dos órgãos do Judiciário brasileiro foi instituído através da Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

No Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, o Planejamento Estratégico foi aprovado através da Resolução Administrativa nº 109/2009, de 10 de dezembro de 2009, pelo Egrégio Tribunal Pleno.

Amplamente divulgado desde então, com o trabalho de desdobramento da estratégia que vem sendo conduzido pela Assessoria de Gestão Estratégica – AGE, o Planejamento Estratégico define a Missão, a Visão e os Valores Institucionais do Tribunal, além dos seus 18 objetivos estratégicos para os período 2009-2014, todos devidamente listados a seguir.

I – Competência Institucional:

Missão: Promover justiça nas relações de trabalho.

Visão: Ser referência na promoção da justiça, até 2014, com reconhecimento da sociedade.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- · Acessibilidade
- · Ética
- · Efetividade
- · Celeridade
- · Responsabilidade socioambiental
- · Valorização do ser humano
- · Transparência
- · Modernidade
- · Orgulho de ser TRT13

II. Objetivos Estratégicos:

1. Otimizar os trâmites processuais.

Descrição: Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais no TRT 13a Região, a fim de assegurar a razoável duração do processo. Indicadores Relacionados:

- · Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
- · Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Projetos Relacionados:

· Projeto Celeridade

2. Garantir a qualidade no atendimento ao público.

Descrição: Garantir a satisfação do público externo atendido pelo TRT 13a Região.

Indicadores Relacionados:

· Índice de Satisfação dos usuários

Projetos Relacionados:

· Projeto Comunicar

3. Facilitar o acesso à Justica.

Descrição: Promover o acesso à Justiça do Trabalho paraibana, com o objetivo de democratizar a relação da população com o TRT 13a Região e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Indicadores Relacionados:

· Percentual de Varas do Trabalho Eletrônicas

Projetos Relacionados:

- · Projeto Comunicar
- · Projeto Celeridade

4. Aprimorar o cumprimento das decisões.

Descrição: Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do TRT 13a Região, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.

Indicadores Relacionados:

· Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Projetos Relacionados:

- · Projeto Parcerias Institucionais
- · Projeto Celeridade

5. Intensificar os programas e disseminar a cultura de responsabilidade social e ambiental.

Descrição: Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e consciência social. Indicadores Relacionados:

- · Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais;
- · Número de ações ambientais.

Projetos Relacionados:

- · Projeto Cidadania e Meio Ambiente
- · Projeto Comunicar

6. Otimizar e padronizar os procedimentos de trabalho.

Descrição: Analisar periodicamente o desenvolvimento e a execução dos procedimentos de trabalho com o objetivo de simplificar, agilizar e racionalizar as rotinas, por meio do aprimoramento e da inovação, bem como da supressão de práticas desnecessárias, proporcionando melhor desempenho à organização.

Indicadores Relacionados:

· Percentual de procedimentos otimizados e padronizados

Projetos Relacionados:

- · Projeto Excelência Gerencial
- · Projeto Celeridade

7. Garantir o alinhamento das unidades e da estrutura organizacional à estratégia.

Descrição: Garantir que todas as unidades do TRT 13ª Região contribuam para a realização da estratégia e que a estrutura organizacional existente (de servidores, cargos comissionados, funções de confiança e infraestrutura) esteja adequada às regulamentações específicas.

Indicadores Relacionados:

- · Índice de unidades alinhadas:
- · Índice de alinhamento da estrutura.

Projetos Relacionados:

· Projeto Excelência Gerencial

8. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.

Descrição: Implementar ações para melhorar a eficiência da execução orçamentária, de forma a garantir a utilização da totalidade dos recursos destinados ao TRT 13a Região.

Indicadores Relacionados:

- · Índice de execução do orçamento disponibilizado
- · Índice de execução do orçamento estratégico

Projetos Relacionados:

- · Projeto Garantir Orçamento Estratégico
- · Projeto Infraestrutura

9. Alinhar a proposta orçamentária à estratégia.

Descrição: Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias a execução da estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados:

· Índice de aumento do orçamento destinado especificamente às atividades com vistas ao cumprimento das metas estratégicas

Projetos Relacionados:

- · Projeto Garantir Orçamento Estratégico
- · Projeto Infraestrutura

10. Melhorar a infraestrutura física, tecnológica e a segurança institucional.

Descrição: Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho das unidades do TRT 13a Região, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e dos sistemas.

Indicadores Relacionados:

· Índice de satisfação dos usuários (internos e externos) com instalações físicas, tecnológicas e de segurança

Projetos Relacionados:

- · Projeto Comunicar
- · Projeto Infraestrutura

11. Fortalecer a imagem institucional.

Descrição: Fortalecer a imagem do TRT 13a Região, posicionando-o como instituição garantidora do equilíbrio da relação entre empregador e empregado e que propicia a justiça para todos.

Indicadores Relacionados:

· Imagem institucional

Projetos Relacionados:

· Projeto Comunicar

12. Aperfeiçoar e ampliar as parcerias com outras instituições.

Descrição: Aperfeiçoar e ampliar as parcerias com outras instituições, a fim de facilitar e otimizar as atividades jurisdicionais e socioambientais desenvolvidas pelo TRT 13a Região.

Indicadores Relacionados:

· Índice de parcerias estratégicas

Projetos Relacionados:

· Projeto Parcerias Institucionais

13. Aprimorar a comunicação institucional.

Descrição: Aprimorar a comunicação com o público interno e externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do TRT 13a Região, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e de desempenho operacional.

Indicadores Relacionados:

· Índice de satisfação dos magistrados, servidores e usuários com a comunicação (interna e externa)

Projetos Relacionados:

· Projeto Comunicar

14. Propiciar um ambiente de trabalho saudável.

Descrição: Implementar no TRT da 13ª Região um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos físicos e psico-sociais que envolvam a organização do trabalho e que favoreçam um clima organizacional satisfatório.

Indicadores Relacionados:

- · Índice de condições de trabalho
- · Índice de satisfação dos Magistrados e Servidores com as condições de trabalho

Projetos Relacionados:

· Projeto Ampliar o Programa "RH Cuidando de Você"

15. Viabilizar a gestão por competências.

Descrição: Criar, no âmbito do TRT da 13ª Região, um modelo de gestão de pessoas por competências, que irá nortear todos os programas de capacitação e suas formas de avaliação, lotações e o preenchimento das funções comissionadas, que deverão estar em consonância com a política adotada.

Indicadores Relacionados:

· Índice de capacitação nas competências estratégicas

Projetos Relacionados:

· Projeto Gestão por Competências

16. Promover ações para motivar e comprometer as pessoas com os objetivos da Instituição.

Descrição: Elevar o nível de motivação e comprometimento de magistrados e servidores com os objetivos da Instituição, para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados:

· Índice de satisfação dos participantes com as ações relativas à Cultura Organizacional

Projetos Relacionados:

- · Projeto Orgulho de Ser TRT 13
- · Projeto Excelência Gerencial

17. Garantir a qualidade e integração dos sistemas de TI.

Descrição: Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e disponibilidade dos sistemas com qualidade e essenciais a execução da estratégia.

Indicadores:

- · Índice de satisfação dos usuários internos (magistrados e servidores) com os sistemas corporativos
- · Taxa de disponibilidade dos sistemas do processo eletrônico (SUAP e Portal de Serviços)

Projetos Relacionados:

· Projeto Disponibilidade e Eficiência de TI

18. Garantir a confiabilidade, disponibilidade e integridade das informações.

Descrição: Garantir a proteção das informações para que apenas pessoas explicitamente autorizadas tenham acesso. Estas devem estar disponíveis no momento em que for necessário e que possam ser recuperadas em sua forma original, protegidas contra modificações intencionais ou acidentais não-autorizadas.

Indicadores Relacionados:

- · Índice de satisfação dos usuários com as informações disponíveis nos sistemas corporativos
- · Investimento em tecnologia da informação

Projetos Relacionados:

- · Projeto Disponibilidade e Eficiência de TI
- · Projeto Celeridade

b) Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

I – Análise do andamento do plano estratégico.

Projetos Estratégicos:

1. Comunicar

Escopo: Promover ações que contribuam para a melhoria do processo de comunicação (interna e externa) e fortaleçam a imagem institucional do TRT 13a Região.

Situação: Projeto não aberto.

2. Celeridade

Escopo: Desenvolver ações para garantir a entrega da prestação jurisdicional em tempo adequado à natureza dos conflitos.

Situação: Projeto não aberto.

3. Disponibilidade e Eficiência em TI

Escopo: Adotar iniciativas que permitam assegurar, às soluções de tecnologia da informação implantadas pelo Tribunal, a disponibilização de informações seguras, atualizadas, confiáveis e eficazes, de maneira que auxiliem a efetividade nas atividades jurídicas e administrativas e promovam a democratização do acesso.

Situação: 40% concluído.

4. Infraestrutura

Escopo: Desenvolver ações no sentido de proporcionar uma infraestrutura adequada para o atendimento aos usuários e melhores condições de trabalho aos Magistrados e Servidores do TRT 13a Região.

Situação: Projeto não aberto.

5. Excelência Gerencial

Escopo: Desenvolver e implantar de forma estruturada as atividades de gestão estratégica do TRT 13a Região, a fim de assegurar o planejamento e o acompanhamento da execução estratégica.

Situação: 40% concluído.

6. Parcerias Institucionais

Escopo: Desenvolver ações que facilitem a articulação de estratégias, estreitando relações e construindo parcerias que contribuam para uma melhor prestação jurisdicional.

Situação: Projeto não aberto.

7. Garantir Orçamento Estratégico

Escopo: Considera a necessidade de revisão da elaboração orçamentária face à necessidade de adoção do orçamento estratégico, baseado no planejamento estratégico. Contempla ainda o aperfeiçoamento do processo atual de elaboração orçamentária e busca assegurar o efetivo participação dos gestores e comissões específicas designadas pela Presidência.

Situação: Projeto não aberto.

8. Ampliar o Programa "RH Cuidando de Você"

Escopo: Desenvolver ações pró-ativas referentes ao bem estar pessoal e profissional dos Magistrados e Servidores, à saúde e às condições de trabalho, visando uma melhoria contínua na qualidade de vida dos mesmos.

Situação: Projeto não aberto.

9. Orgulho de Ser TRT 13

Escopo: A principal finalidade do projeto consiste no resgate da autoestima e na valorização do corpo funcional do TRT 13, especificamente servidores e magistrados, com foco na motivação e na unidade de todos em prol da missão institucional.

Situação: Projeto aberto, com ações inconclusas.

10. Cidadania e Meio Ambiente

Escopo: Desenvolver ações visando a inclusão social de setores menos favorecidos da sociedade, assim como a promoção de outras relacionadas à proteção do meio ambiente e disseminação da cultura da sustentabilidade.

Situação: 30% concluído.

11. Gestão por Competências

Escopo: Propõe-se a implantar um modelo gerencial por competências, no âmbito do TRT da 13ª Região. Este modelo configura-se como inovador e estratégico no serviço público, tomando por base o pressuposto de que o domínio de determinados recursos é fundamental para um desempenho de excelência de pessoas e organizações. Dessa forma, reduz a discrepância entre as competências necessárias à execução dos objetivos organizacionais e aquelas já disponíveis na organização.

Situação: 30% concluído.

Programas:

Programa Racionalizar - Instituído através do ATO TRT GP Nº 289/2010, o PROGRAMA RACIONALIZAR tem a finalidade precípua de disciplinar o uso de energia elétrica, telefone, papel, água e combustível, com a implementação de medidas de controle e contenção de consumo no âmbito do TRT 13.

Programa "Conhecendo o TRT" - Objetiva disseminar o conhecimento, no âmbito do TRT, das atividades desenvolvidas por suas unidades, contribuindo assim a melhoria da prestação de seus serviços.

Programa "e-Saber" - Busca prover escolas públicas municipais e estaduais de inclusão digital, através de treinamento em sistemas de informática (windows, editores de textos, planilha eletrônica e internet).

Projeto Carta Precatória Digital - Objetiva prover o SUAP (Sistema Unificado de Acompanhamento Processual) de tecnologia para a emissão de Carta Precatória totalmente eletrônica, de modo que seja desnecessária qualquer peça processual e a Vara deprecante possa acompanhar toda a tramitação processual na Vara deprecada em tempo real.

Programa de Coleta Seletiva de Resíduos - Promover a conscientização de todos quanto a necessidade de proceder a permanente coleta seletiva dos resíduos sólidos, através da instalação de coletores específicos para separação de materiais passíveis de reciclagem, tais como plásticos e papéis, dos

demais resíduos destinados ao aterro sanitário. Os materiais recicláveis são encaminhados a cooperativa de catadores, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Programa Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico - Objetiva prover o TRT 13 de tecnologia para a criação e tramitação dos protocolos administrativos de forma eletrônica. Tecnologia composta de dois módulos: Java e Oracle, que permitem uma tramitação totalmente eletrônica.

Programa Justiça ao Alcance de Todos - Este Programa é um dos resultados do PROJETO CIDADANIA E MEIO AMBIENTE e foi instituído por meio do Ato TRT GP 292/2011, de 03 de outubro de 2011. Tem o objetivo de levar à população paraibana conhecimentos básicos sobre atividades e funcionamento da Justiça do Trabalho, bem como os direitos por ela tutelados.

II. Análise do plano de ação da unidade.

Ações implementadas para execução do Planejamento Estratégico Institucional:

Realização de duas Reuniões de Análise da Estratégia – RAE's, com o objetivo de promover a divulgação e discussão sobre o acompanhamento e a execução da estratégia institucional. As RAE's estão previstas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e na Resolução Administrativa nº 109/2009, que aprovou o I Planejamento Estratégico Institucional do TRT 13ª Região 2010/2014.

Oficinas de Desdobramento da Estratégia Institucional - Por meio das Oficinas de Desdobramento o Planejamento Estratégico Institucional tem sido difundido entre as diversas unidades administrativas e judiciárias da 13º Região.

Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação dos Usuários – Esta pequisa, realizada anualmente, tem por finalidade avaliar a qualidade e o grau de satisfação dos usuários internos e externos com os serviços prestados pela 13ª Região Trabalhista.

Semana do Judiciário – Tem o intuito de promover a divulgação e publicação de trabalhos científicos de estudantes universitários do curso de "Ciências Jurídicas".

Criação do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TRT 13 – 2010/2014, instituído através do ATO TRT GP nº 232/2011, alterado pelo ATO TRT GP nº 256/2011.

Dinamização do Núcleo Estadual de Gestão Estratégica do Judiciário, criado em 2010, com a inclusão da Justiça Federal – Seção Judiciária da Paraíba. O referido Núcleo tem objetivo de firmar parcerias, almejando identificar e conhecer as boas práticas e experiências de sucesso de cada cooperado, que poderão ser aplicadas nos respectivos Órgãos, a fim de atingir os objetivos e alcançar as metas estabelecidas em seus Planejamentos Estratégicos. São cooperados desde sua criação: TRT da 13ª. Região, TJ/PB, TRE/PB e MP/PB. A coordenação do Núcleo está sob a responsabilidade do Assessor de Gestão Estratégica do TRT 13ª.

Participação efetiva na Subcomissão Nacional de Metas do Judiciário Trabalhista, integrante da Comissão Nacional, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Portaria nº 44/2011 – CNJ, de 27/05/2011).

Cumprimento integral das 05 (cinco) Metas Nacionais do Poder Judiciário, no exercício 2011.

Banco de Boas Práticas, criado para unificar e identificar em um único espaço todas as ações de sucesso empreendidas pelo TRT 13, a fim de disponibilizá-las para todo o Regional, como também para outras instituições, promovendo, assim, o intercâmbio de informações institucionais.

Elaboração e distribuição de Cartilha sobre Planejamento Estratégico (Versões I e II), distribuída nos eventos internos e externos com o objetivo de disseminar os conceitos e a cultura de se trabalhar com planejamento estratégico.

Proposição de criação de unidade de gestão ambiental, em cumprimento a Recomendação nº 11/2011 – CSJT (Protocolo TRT nº 27.208/2011, em tramitação).

Aprovado e instituído como metodologia de gestão de projetos no âmbito do TRT 13ª Região através do ATO TRT GP Nº 341/2011.

Editado Ato pela Presidência objetivando a execução, o acompanhamento e a divulgação dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados para cumprir as Metas 2011 para o Poder Judiciário Nacional (ATO TRT Nº 195/2011).

Elaboração e gestão do Projeto Estratégico "Cidadania e Meio Ambiente", aprovado pela Presidência do Tribunal em 06/06/2011.

Realização de 24 reuniões nas Varas do Trabalho da Capital e Interior e na Secretaria Judiciária e Secretaria de Planejamento e Finanças, a fim de promover o levantamento das contribuições das unidades para o Planejamento Estratégico Institucional (recomendação do CNJ).

Dinamização do Banco de Boas Práticas, criado para unificar e identificar em um único espaço todas as ações de sucesso empreendidas pelo TRT 13, a fim de disponibilizá-las para todo o Regional, como também para outras instituições, promovendo, assim, o intercâmbio de informações institucionais.

Apresentação do resultado da implementação de pesquisas de satisfação (usuários externos) e pesquisa de clima organizacional (magistrados e servidores) a fim de apurar o nível de conhecimento, qualidade e satisfação com os serviços prestados pelo TRT 13, além de identificar situações relacionadas ao ambiente de trabalho, relacionamento interpessoal, celeridade, transparência, etc. As referidas informações serviram de base para a formulação das estratégias institucional, de tecnologia da informação e de gestão de pessoas.

Elaboração do Programa Justiça ao Alcance de Todos, que visa promover a aproximação dos cidadãos paraibanos com a Justiça do Trabalho, disseminando a cultura de responsabilidade social, promovendo cidadania, a inclusão social e a melhora da imagem institucional da Justiça do Trabalho. Esta proposta, que foi aprovada pela Presidência, através do ATO TRT GP Nº 292/2011, de 03/10/2011, em 03 de outubro de 2011 e os produtos a serem entregues com esse Programa são Grupo de teatro "Justiça em Palco" e a "Justiça vai até você".

Elaboração de Cartilha sobre Planejamento Estratégico (Versões I e II), distribuída nos eventos internos e externos com participação da AGE.

Discussão e finalização do registro do projeto "Excelência Gerencial", um dos integrantes do Planejamento Estratégico Institucional.

Código	no PPA	02.061.0571.4256.0001									
Denomi		APRECIAÇÃ	PRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO								
	Programa	1	,								
Objetive	o Geral	atividades rel imóveis próp setores do ór									
Objetive	os Específicos	A sua finalidade é a execução , das despesas normais com aquisição de material de consumo, material permanente e contratação de serviços de terceiros, tais como: despesas com contrato de manutenção de máquinas e equipamentos, concessão de diárias, aquisição de passagens aéreas, combustíveis, aquisição de novos de serviços, conservação do edifício sede deste Tribunal e dos demais prédios onde estão instaladas as varas Trabalhistas jurisdicionadas por este TRT.									
Gerente											
Público	Alvo	SOCIEDAD	Е								
	Inf	formações orça	nmentárias e finan	ceiras do Prog	grama				Em R\$ 1,00		
	Dotação	ı	Despesa	Despes	a	Resto	s a Pagar	1 77	alores Pagos		
Ini	icial	Final	Empenhada	Liquida	da	não pr	ocessados	V	alores Pagos		
01/0	01/11	31/12/11	228.276.439,80	222.905.07	7,59	5.371	.362,21	22	2.905.077,59		
		In	formações sobre o	os resultados a	lcança	dos					
Orde	Indicador	· (Unidada		Referência			Índice		Índice		
Orde Indicador (Unidad m medida)		*	Data	Índice inicial	Índic	e final	previsto exercíci		atingido no exercício		

1	Processos solucionados	31/12/11	34.020	32.063	100,00	94,25					
Fórmula de Cálculo do Índice											
Total atingido dividido pelo previsto											
Análise do Resultado Alcançado											
O resulta	ado não foi o esperado em funç	ão da greve dos s	ervidores .								
Orde	Indicador (Unidade		Referência		Índice	Índice					
m	medida)	Data	Índice	Índice final	previsto no	atingido no					
111	medida)	Data	inicial	maice mai	exercício	exercício					
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99					
Fórmula	a de Cálculo do Índice										
Texto											
Análise do Resultado Alcançado											
Texto											

Código 1		PA 09.272.0089.0396.0001									
Denomin		ENCARGOS	ICARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS								
	Programa										
Objetivo	o Geral		arantir uma remuneração aos servidores civis inativos do Poder Judiciário da União e/ou eus pensionistas beneficiários conforme as regras do regime previdenciário próprio.								
Objetivo	os Específi	cos Pagamento d	e aposentadorias e p	ensões							
Gerente											
Público	Alvo	Servidores in	ativos e pensionista	S							
Em R\$ Informações orçamentárias e financeiras do Programa 1,00											
T .	Dota	•	Despesa	Despes			_	Valores Pagos			
	i cial 01/11	Final 31/12/11	Empenhada 32.032.033,00	Liquidada não processados 31.802.648,52 229.384,48				31.802.648,52			
01/0	,1,11		formações sobre o				201,10	51.	.002.010,52		
	- ·			Referência	<u></u>		Índice		Índice		
Orde m		ndor (Unidade medida)	Data	Índice inicial	Índio	e final	nrovieto ne		atingido no exercício		
1	Servi	dores inativos	31/12/11	198	1	.98	100,00		100		
Fórmula	a de Cálcul	lo do Índice									
Total atin	ngido divid	ido pelo previsto			·						
Análise	do Resulta	do Alcançado			•			•			
O 1	do foi satis	C-14:	·	·			·				

	Quadro	11.2.1 Demon	strativo da Exc	cuçuo por r	rogre	min uc	00101110	<u> </u>			
Código	no PPA	02.128.0571	.128.0571.4091.0001								
Denomi	nação	CAPACITA	APACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS								
Tipo do	Programa	a	•								
Objetive	o Corol		ao quadro de integro cumprimento de su								
Objetivo Geral da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e a objetividade das informações prestadas aos cidadãos.								e a			
Objetive	os Específ		o, aos servidores e d palestras , exposiçõ					ursos d	le		
Gerente	;										
Público	Alvo Magistrados e Servidores										
			amentárias e financ	ceiras do Prog	grama				Em R\$ 1,00		
		ação	Despesa	Despesa			s a Pagar	Val	lores Pagos		
Ini	icial	Final	Empenhada	Liquidae	da	não pr	ocessados	v a	lores ragos		
01/0	01/11	31/12/11	394.313,10	317.744,	85	76.:	568,25	3	17.744,85		
		Ir	nformações sobre o	s resultados a	lcança	dos					
Orde	India	ador (Unidade	I	Referência			Índice		Índice		
m		medida)	Data	Índice inicial	Índic	e final	previsto exercíci		atingido no exercício		
1	J	JNIDADE	01/01/11	700	3	666	100		52,29		
Fórmula	a de Cálcu	ılo do Índice									
Numero	de magisti	rados e servidores c	apacitados								
		ado Alcançado									
O PERC	ENTUAL	DE EXECUÇÃO	FOI ABAIXO DO F	PREVISTO TE	ENDO I	EM VIS	TA A ESTI	MATI	VA TER		
	O PERCENTUAL DE EXECUÇÃO FOI ABAIXO DO PREVISTO TENDO EM VISTA A ESTIMATIVA TER SIDO SUPER DIMENCIONADA COM RELAÇÃO AO NUMERO DE SERVIDORES										

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Código no PPA	02.306.0571.2012.0001
Denominação	Auxílio Alimentação
Tipo do Programa	
Objetivo Geral	Conceder o auxílio alimentação sob forma de pecúnia pago na proporção dos dias trabalhados
Objectivo Geran	e custeados com recursos do orgão .

Objetivo	os Específico	10	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio alimentação aos magistrados e servidores ativos.								
Gerente											
Público	Alvo	Magistrados	e Servidores ativos								
Em R\$ Informações orçamentárias e financeiras do Programa 1,00											
Dotação Inicial Final			Despesa Empenhada	Despes Liquida	<u> </u>		Val	Valores Pagos			
01/01/11 31/12/11			8.130.872,00	•				8.130.305,91			
		In	formações sobre o	os resultados a	alcança	dos					
Ondo	To diani	lan (IInidada		Referência			Índice		Índice		
Orde m		lor (Unidade nedida)	Data	Índice inicial	Índic	Índice final previs			atingido no exercício		
1	UN	UNIDADE 31/12/12 1043 1060		060	100		99,99				
Fórmula	a de Cálculo	do Índice									
SIGPLA	N					_					
Análise	do Resultad	o Alcançado O R	RESULTADO FIN	IAL FOI DEN	TRO 1	DA PRE	EVISÃO IN	ICIAL	,		

	Quadro A	1.2.1 – Demons	trativo da Exe	cução por P	rograma	ı de	Governo			
Código 1	no PPA	02.331.0571.2011.0001								
Denomin	Denominação AUXÍLIO TRANSPORTE									
Tipo do	Tipo do Programa									
Objetivo	Objetivo Geral Proporcionar aos servidores que se enquadram na legislação atinente ao feito, o recebimento do auxílio transporte									
Objetivo	Objetivos Específicos Pagamento de auxílio transporte em pecúnia pela União, de natureza jurídica e indenizatória, destinada ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal.									
Gerente										
Público .	Alvo	Servidores								
		Informações orça	mentárias e finan	ceiras do Prog	rama				Em R\$ 1,00	
	Dotaç	ão	Despesa	Despesa Restor		s a Pagar	T 7	alores Pagos		
Ini	cial	Final	Empenhada	Liquida	Liquidada não process		ocessados	ados valores ragos		
01/0	1/11	31/12/11	10.412,00	1325,22	2	9.0)86,78		1.325,22	
		In	formações sobre o	os resultados a	lcançados					
	Indiaa	don (Unidada		Referência			Índice		Índice	
Ordem Indicador (Unidade medida)			Data	Índice inicial	Índice fi	nal	previsto exercíci		atingido no exercício	
1		RVIDOR EFICIADO	OR							

Fórmula de Cálculo do Índice SIGPLAN Análise do Resultado Alcançado O RESULTADO NÃO ATINGIU A META EM FUNÇÃO DE SERVIDORES NÃO ESTAREM MAIS NA FAIXA SALARIAL DE TER DIREITO AO REFERIDO BENEFÍCIO

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

	Quaaro <i>E</i>		trativo da Exe	cuçao por P	rogra	ıma de	Governo				
Código n	no PPA	02.365.0571.	365.0571.2010.0001								
Denomin	nação	ASSISTÊNC	SISTÊNCA PRÉ-ESCOLAR								
Tipo do l	Programa										
Objetivo	Geral		servidores, durante endentes conforme			,		as de at	endimento		
Objetivo	s Específic		benefício de assist nto, aos magistrado								
Gerente											
Público A	Público Alvo Filhos de magistrados e servidores										
	Em R\$ Informações orçamentárias e financeiras do Programa 1,00										
Inic	Dotag	ção Final	Despesa Empenhada	Despes Liquida	- I Vain			ores Pagos			
01/0	1/11	31/12/11	720.240,00	710.800,00 9.4		.440,00		0.800,00			
		In	formações sobre o	s resultados a	ılcança	dos					
Orde	Indian	dor (Unidade]	Referência			Índice		Índice		
m		nedida)	Data	Índice inicial	Índio	e final	previsto exercíci		atingido no exercício		
1	CRIANÇ	A ATENDIDA	31/12/11	206	1	44	100,00	1	69,9		
Fórmula	Fórmula de Cálculo do Índice										
SIGPLA	SIGPLAN										
	Análise do Resultado Alcançado										
O resulta	do não ating	giu a meta em face	de crianças terem a	atingido a idad	e de ex	clusão d	o benefício.				

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Código 1												
Denomi	nação	ASSISTÊNC	STÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES									
Tipo do	Programa											
Objetivo	Geral		aos magistrados e s la saúde física e me		s depen	identes e	pensionista	s cond	ições para			
Objetivo	os Específico	nc I	benefício de assist ivas e inativos, dep				ontológica a	os mag	gistrados e			
Gerente												
Público Alvo Servidores ativos, inativos e pensionistas												
Informações orçamentárias e financeiras do Programa 1,0												
	Dotaç		Despesa			s a Pagar	Val	Valores Pagos				
	cial	Final	Empennada Liquidada nao processados									
01/0	01/11	31/12/11	3.346.396,00	3.333.247			148,98	5.3	333.247,02			
		ın	formações sobre o		ncança	idos	4 11	- 1				
Orde m		lor (Unidade nedida)	Data	Referência Índice inicial	Índio	e final	Índice previsto exercíci	no	Índice atingido no exercício			
1	Pessoas	s beneficiada	31/12/11	2852	20	637	100		92,46			
Fórmula	Fórmula de Cálculo do Índice											
SIGPLA	SIGPLAN											
Análise	Análise do Resultado Alcançado											
O resulta	O resultado foi satisfatório tendo em vista que a previsão inicial foi superdimensionada.											

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

	2 0 monstruor, o du 2 modu quo por 110 grunnu de 00, erno
Código no PPA	02.061.0571.4224.0025
Denominação	ASSISTÊNCIA JURÍDICA A PESSOAS CARENTES
Tipo do Programa	
Objetivo Geral	Garantir assistência jurídica gratuita a pessoas carente, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.
Objetivos Específicos	Pagamento de honorários devidos a defensores dativos, peritos, interpretes e curadores especiais no âmbito do judiciário, que atuam em processos em que seja reconhecida a carência do requerente

Gerente											
Público A	Alvo	Pessoas carei	ntes								
		Informações orça	mentárias e finan	ceiras do Prog	grama				Em R\$ 1,00		
	Dotação Despesa Despesa Restos a Pagar Valor										
Ini	cial	Final	Empenhada	Liquida	da n	ão pro	ocessados	v an	ores Pagos		
01/01/11 31/12/11 337.800,00 337.725,40 74,60 337							7.725,40				
	Informações sobre os resultados alcançados										
	India	ador (Unidade		Referência					Índice		
Ordem		medida)	Data	Índice inicial	Índice final		previsto exercíci		atingido no exercício		
1		Unidade	31/12/11	352	454		100		128,98		
Fórmula	de Cálcu	lo do Índice									
SIGPLA	N										
Análise do Resultado Alcançado											
FACE O AUMENTO SIGNIFICATIVO NO VOLUME DE SOLICITAÇÕES DE PERICIAS O INDICE FINAL											
SUPERC	U O EST	IMADO PARA O E	XERCICIO								

	Quauto A.2.1 – Demonstrativo da Execução por 110grama de Governo									
Código	no PPA	02.122.0571.	22.0571.10WT.0025							
Denomi	nação	CONSTRUÇ	NSTRUÇÃO DO FORUM TRABALHISTA EM JOÃO PESSOA							
Tipo do	Programa									
Objetiv	o Geral		ceber o público em letiva e a melhoria				ropiciem o	bem es	star, a	
Objetiv	os Específico	capacidade p estrutura de i	strução de edifício com 19.904 m² projetado para sediar o Fórum Trabalhista, com acidade para abrigar as varas do trabalho com instalações elétricas, hidráulica, infratura de informática, sistema de ar-condicionado e demais características apropriadas ao cionamento do serviço público e ao atendimento aos jurisdicionada.							
Gerente	9									
Público	Alvo	Jurisdicionad	lo							
	I	nformações orça	amentárias e finan	ceiras do Prog	grama				Em R\$ 1,00	
	Dotaçã	0	Despesa	Despes	a	Resto	s a Pagar	Vo	lores Pagos	
Ini	icial	Final	Empenhada	Liquida	da	não pr	ocessados	٧a	lures r agus	
01/0	01/11	31/12/11	7.647.223,31	113.412,	51	7.533	3.810,80	1	13.412,51	
	Informações sobre os resultados alcançados									
Ondo	Indicad	m (Unidada		Referência			Índice		Índice	
Orde m		or (Unidade edida)	Data	Índice inicial	Índic	e final	previsto exercíci		atingido no exercício	

1	Percentual	31/12/11	21,00%	1,52%	21,00%	1,52%					
Fórmul	Fórmula de Cálculo do Índice										
SIGPLA	AN										
Análise	Análise do Resultado Alcançado										
O RES	O RESULTADO ALCANCADO FOI MUITO ABAIXO DO PREVISTO TENDO EM VISTA PROBLEMAS										
OPERA	OPERACIONAIS TECNICOS NO ANDAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA.										

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
				ATIVIDADE	PROCESSO JULGADO				34028
02	061	0571	4256			UNIDADE	34020	32063	
02	061	0571	4224	ATIVIDADE	PESSOA ASSISTIDA	UNIDADE	352	454	460
02	301	0571	2004	ATIVIDADE	PESSOA BENEFICIADA	UNIDADE	2852	2637	2787
02	365	0571	2010	ATIVIDADE	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE	206	144	169
02	306	0571	2012	ATIVIDADE	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	1043	1060	1039
02	331	0571	2011	ATIVIDADE	SERVIDOR BENEFICIADO	UNIDADE	6	1	1
02	123	0571	4091	ATIVIDADE	SERVIDOR CAPACITADO	UNIDADE	700	366	500
02	122	0571	10WT	ATIVIDADE	FORUM CONSTRUIDO	% DE EXECUÇÃO FÍSICA	21	1.50	5
02	122	0571	10WT			FISICA		1,52	

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO	15114	080005

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

		93	Grupos de Despesas Correntes							
Owi	aam daa Cuáditaa (Omaamantániaa	1 – Pessoal e En	ncargos Sociais	2 – Juros e Enc	argos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes			
Orig	Origem dos Créditos Orçamentários		Exercícios		Exer	cícios	Exercícios			
			2011	2010	2011	2011 2010		2010		
LO	Dotação proposta pela UO		236.007.194,00	235.972.885,00	-	-	20.671.611,00	20.583.886,00		
	PLOA		236.007.194,00	235.972.885,00	-	-	20.671.611,00	20.583.886,00		
A	LOA		236.007.194,00	235.972.885,00	-	=	20.671.611,00	20.583.886,00		
	Suplementares		19.686.607,00	20.227.243,00	-	=	1.440.532,00			
CD	Especiais	Abertos	=	=	=	=	=	=		
CR ÉDI	Especiais	Reabertos	=	=	-	-	=	-		
TOS	Extraordinários	Abertos	=	=	-	-	=	-		
103	Extraordinarios	Reabertos	-	=	-	-	-	-		
	Créditos Cancelados		-	=	-	-	=	595.000,00		
Outra	Outras Operações		=	=	-	-	-	=		
	Total		255.693.801,00	256.200.128,00	-	-	22.112.143,00	19.988.886,00		

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

		Grupos de Despesa de Capital						
	Origem dos Créditos	4 – Investimentos Exercícios		5 – Inversões	5 – Inversões Financeiras		ção da Dívida	
	Orçamentários			Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011 2010		2011	2010	
Ι.Ο	Dotação proposta pela UO	10.678.235,00	3.316.000,00	-	-	-	-	
LO	PLOA	10.678.235,00	3.316.000,00	-	-	-	-	
A	LOA	10.678.235,00	3.316.000,00	-	-	-	-	

	Suplementares		521.000,00	2.145.000,00	-	-	-	-
CD	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
ED		Reabertos	-	-	-	-	-	-
IT OS	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
US		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-
Outr	Outras Operações		=	=	=	=	=	=
	Total		11.199.235,00	5.461.000,00	-	-	-	-

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

			Despesas	Correntes	Despesas d	le Capital	9 – Reserva d	le Contingência
Orig	gem dos Créditos O	rçamentários	Exerc	cícios	Exerc	ícios	Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
10	LO PLOA		256.678.805,00	256.556.771,00	10.678.235,00	3.316.000,00	-	-
۱ .			256.678.805,00	256.556.771,00	10.678.235,00	3.316.000,00	=	-
A	LOA		256.678.805,00	256.556.771,00	10.678.235,00	3.316.000,00	-	-
	Suplementares		21.127.139,00	20.227.243,00	521.000,00	2.145.000,00	-	-
CR	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
ÉD		Reabertos	-	-	-	-	-	-
IT OS	Extraordinários	Abertos	-	-	-	=	-	-
US	Extraordinarios	Reabertos	-	-	-	=	-	-
	Créditos Cancelad	los	-	595.000,00	-	-	=	-
Outi	Outras Operações		-	-	-	=	=	-
	Total		277.805.944,00	276.189.014,00	11.199.235,00	5.461.000,00	=	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito UG concedente ou recebedora	UC compodents			Despesas Correntes	
	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos	2 – Juros e Encargos	3 – Outras Despesas	
	ou recebeuora		Sociais	da Dívida	Correntes

Movimentação	Recebidos	080001	0212205711P660001	-	-	365.760,00
Interna	Recebidos	080001	02126057150930001	-	=	13.070,16
Movimentação	Recebidos	080001	0212605712C730001			206.936,00
Interna	Recebidos	-	-	-	=	-
Natureza da Mo	vimontocão do	UG concedente			Despesas de Capital	
Créd	•	ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação	Recebidos	080001	0212605712C730001	93.991,65	-	-
Interna	Recebidos	080001	02126057150930001	580.467,00	=	-
Movimentação	Concedidos	=	-	-	=	=
Externa	Recebidos	-	-	-	=	-

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Em	penhada	Despesa paga			
Wiodandade de Contratação	2011	2010	2011	2010		
Modalidade de Licitação						
Convite	-	-	-	-		
Tomada de Preços	411.020,23	734.621,02	411.020,23	734.621,02		
Concorrência	7.647.223,31	3.000.000,00	113.412,51	3.000.000,00		
Pregão	11.288.330,31	9.909.139,96	11.288.330,31	9.909.139,96		
Concurso	-	-	-	-		
Consulta	-	-	-	-		
Registro de Preços	-	-	-	-		
Contratações Diretas						
Dispensa	385.938,80	314.646,10	385.938,80	314.646,10		
Inexigibilidade	1.689.452,27	1.522.961,80	1.689.452,27	1.522.961,80		
Regime de Execução Especial						
Suprimento de Fundos	14.877,15	12.914,45	14.877,15	12.914,45		
Pagamento de Pessoal						
Pagamento em Folha	253.579.931,53	253.310.352,22	252.632.311,36	253.310.352,22		
Diárias	396.309,82	436.973,66	396.309,82	436.973,66		
Outros	17.396.308,65	9.508.251,11	11.483.446,04	9.508.251,11		

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

		• • •	Despesa des erec				Valores em R\psi 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa E	mpenhada	Despesa I	Liquidada	RP não pr	ocessados	Valore	s Pagos
1 – Despesas de Pessoal	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
31.90.11 - Vencimentos e					-	-	170.503.777,23	172.673.988,91
Vantagens Fixas	170.503.777,23	172.673.988,91	170.503.777,23	172.673.988,91				
31.90.13 – Obrigações					-	-	32.598.050,92	32.997.192,79
Patronais	32.598.050,92	32.997.192,79	32.598.050,92	32.997.192,79				
31.90.01 – Proventos	19.673.354,03	16.406.132,65	19.673.354,03	16.406.132,65	-	-	19.673.354,03	16.406.132,65
Demais elementos do grupo	30.804.749,35	31.233.037,87	29.857.129,18	30.588.235,94	947.620,17	644.801,93	29.857.129,18	30.588.235,94
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
33.90.46 – Auxílio					566,09	-	8.130.305,91	7.168.962,11
Alimentação	8.130.872,00	7.168.962,11	8.130.305,91	7.168.962,11				
33.90.39 – Serviços Terceiros					1.380.049,17	1.737.964,63	5.731.471,58	5.152.560,22
Pessoa Jurídica	7.111.520,75	6.890.524,85	5.731.471,58	5.152.560,22				
33.90.37 – Locação de Mão-					139.553,20	201.028,83	2.238.671,98	1.698.693,57
de-obra	2.378.225,18	1.899.722,40	2.238.671,98	1.698.693,57				
Demais elementos do grupo	7.394.303,70	4.019.298,74	5.724.338,11	2.974.874,03	1.669.965,59	1.044.424,71	5.724.338,11	2.974.874,03

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa En	Empenhada Despesa Liquid		iquidada	lada RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
44.90.51 - Obras e Instalações	7.647.223,31	3.000.000,00	113.412,51	516.160,80	7.533.810,80	2.483.839,20	113.412,51	516.160,80
44.90.52 - Mat. Permanente	3.501.583,20	2.461.000,00	778.854,64	1.066.962,14	2.722.728,56	1.394.037,86	778.854,64	1.066.962,14
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	1	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	ı	-	-	-	i	-
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	ı	-	-	-	i	=
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	11.148.806,51	5.461.000,00	892.267,15	1.583.122,94	10.256.539,36	3.877.877,06	892.267,15	1.583.122,94

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos

recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Madalidada da Cantuata a	Despesa En	npenhada	Despesa paga			
Modalidade de Contratação	2011	2010	2011	2010		
Licitação						
Convite	-	-	-	-		
Tomada de Preços	365.750,00	-	-	-		
Concorrência	-	-	-	-		
Pregão	805.448,81	725.730,00	698.387,00	725.730,00		
Concurso	-	-	-	-		
Consulta	-	-	-	-		
Contratações Diretas						
Dispensa	-	-	-	-		
Inexigibilidade	89.016,00	84.063,92	58.487,40	84.063,92		
Regime de Execução Especial						
Suprimento de Fundos	-	-	-	-		
Pagamento de Pessoal						
Pagamento em Folha	-	-	-	-		
Diárias	-	-	-	-		
Outras	-	-	-			

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos

1 – Despesas de Pessoal	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da								
Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes								
33.90.39 - Serviço de					524.289,88	33.135,08	61.466,28	50.928,84
Terceiro Pessoa Jurídica	585.756,16	84.063,92	61.466,28	50.928,84				
33.90.35 – Serviços de					-	-	-	22.500,00
Consultoria	-	22.500,00	-	22.500,00				
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Empeni		npenhada	ada Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
4 - Investimentos	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
44.90.39 – Aquisição de					-	-	93.991,65	262.680,00
Software	93.991,65	262.680,00	93.991,65	262.680,00				
44.90.52 – Mat. Permanente	580.467,00	440.550,00	580.467,00	-	-	440.550,00	580.467,00	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-

3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

ITEM 4 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anterioresValores em R\$ 1,00

valoies en ka 1,00										
	Restos a Pagar Processados									
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011						
2010	-	-	-	-						
2009	-	-	-	-						
•••	-	-	-	-						
		Restos a Pagar não Pro	cessados							
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	tante Inscrito Cancelamentos acumulados		Saldo a Pagar em 31/12/2011						
2010	7.506.097,16	266.828,26	6.612.707,39	626.561,51						
2009	31.105,14	28.930,14	2.175,00	-						
•••	-	-	-	-						
Fonte: Secretar	ria de Planejamento e Finar	nças (SPF)								

ITEM 5 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Quantidade

	Lotaç	ão	Ingressos	Egressos no
Tipologias dos Cargos	Autorizada	Efetiva	no exercício	exercício
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	1201	1125	15	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos	68	67	2	1
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1133	1058	13	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1133	951	3	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	47	6	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	16	1	1

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	44	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	1201	1125	15	8

Fonte: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabamo da OJ – Situaç	Quantidade de
Tipologias dos afastamentos	pessoas na situação
riporogius dos diastamentos	em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	18
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	18
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	47
3.1. De oficio, no interesse da Administração	1
3.2. A pedido, a critério da Administração	36
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	
cônjuge/companheiro	2
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	6
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	2
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	2
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	1
5.4. Interesses particulares	1
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	4
6.1 Licença à Gestante (Lei 8.112/90)	2
6.2 Deslocamento para nova sede (Lei 8.112/90)	2
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	73

Fonte: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lota	ção	Ingressos no	Egressos no
ripologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Autorizada	Efetiva	exercício	exercício
1. Cargos em comissão	86	76	28	35
1.1.Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	86	76	28	35
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	61	20	26
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	4	1	4
1.2.4. Sem vínculo	0	11	7	5
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	771	692	692	144
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	771	608	608	118
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	46	46	15
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	38	38	11
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	857	768	720	179

Fonte: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

	Quantidade de Servidores por Faixa Etária							
Tipologias do Cargo	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de			
	anos	anos	anos	anos	60 anos			
1. Provimento de cargo efetivo	18	83	515	316	86			
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	15	35	9	7			
1.2. Servidores de Carreira	17	68	480	307	79			
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0			
2. Provimento de cargo em comissão	18	68	405	223	54			
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	9	50	12	4			
2.3. Funções gratificadas	17	59	355	211	50			
3. Totais (1+2)	36	151	920	539	140			

Fonte: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tinalogias do Causa	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
Tipologias do Cargo	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	8	6	31	210	253	488	16	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	41	18	5	3
1.2. Servidores de Carreira	0	8	6	31	210	212	470	11	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	3	2	20	165	576	2	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento		0	0	1	0	74	1	0	0
Superior									
2.3. Funções gratificadas	0	3	2	19	165	502	1	0	0
3. Totais (1+2)	0	11	8	51	375	829	490	16	5

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fontes: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE) e Coordenadoria de Magistrados (COMAG)

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade				
1. Integral					
1.1 Voluntária	48	14			
1.2 Compulsória	0	0			
1.3 Invalidez Permanente	13	1			
1.4 Outras	0	0			
2. Proporcional					
2.1 Voluntária	14	0			
2.2 Compulsória	9	0			
2.3 Invalidez Permanente	7	0			
2.4 Outras	0	0			
3. Totais (1+2)	91	15			

Fonte: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Desires de manantes de comiden instituidon	Quantidade de Beneficiários de Pensão				
Regime de proventos do servidor instituidor	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência			
1. Aposentado	0	0			
1.1. Integral	18	2			
1.2. Proporcional	5	0			
2. Em Atividade	31	3			
3. Total (1+2)	54	5			

Fonte: Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade		Despesa no exercício			
Niver de escolaridade	1º Trimestre	2° Trimestre 3° Trimestre		4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	43	40	42	39	211733,48
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	43	40	42	39	211733,48

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Observação: Todos os estagiários são acadêmicos do curso de direito. Encontram-se inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 46.266,52 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos).

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

			r castos are p		Despesas	Variáveis					
Tipolo Exerc		Venci-mentos e vantagens fixas	Retrih uições	Gratifi-cações	Adicionais	Inde niza-ções	Beneficios Assistenciais e previden-ciários	De mais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	To tal
	Mei	nbros de poder e a	gentes políticos			•					
	2011	21.228.885,33	0,00	0,00	0,00	0,00	551.657,67	211.323,09	5.783.247,70	65.123,84	27.840.237,63
Exercícios	2010	20.722.893,66	0,00	0,00	0,00	0,00	62.440,00	75.778,97	5.536.279,51	46.644,72	26.444.036,86
	2009	18.996.730,32	0,00	0,00	0,00	0,00	48.160,00	48.441,01	1.145.659,53	30.685,40	20.269.676,26
	Ser	vidores de Carreira	а que нãо осират (cargo de proviment	o em comissão	•			Ajustar lin	ha da tabela	
	2011	122.799.799,50	0,00	0,00	0,00	0,00	7.514.495,38	396.970,85	1.742.805,55	5.741.304,54	138.195.375,82
Exercícios	2010	121.910.899,67	0,00	0,00	0,00	0,00	6.855.102,85	306.125,38	1.908.788,59	5.734.174,31	136.715.090,80
	2009	120.874.150,90	0,00	0,00	0,00	0,00	6.868.078,60	262.556,35		5.728.083,55	133.732.869,40
	Ser	vidores com Contra	atos Temporários			•					
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ser	vidores Cedidos cor	m ônus ou em Lice:	нçа		•	'				
	2011	2.138.257,63	0,00	0,00	0,00	0,00	102.851,64	0,00	15.179,03	141.317,47	2.397.605,77
Exercícios	2010	2.130.857,94	0,00	0,00	0,00	0,00	94.955,71	0,00	25.405,52	140.005,36	2.391.224,53
	2009	2.140.700,04	0,00	0,00	0,00	0,00	91.500,00	0,00	0,00	140.742,64	2.372.942,68
	Ser	vidores oc up antes d	le Cargos de Natur	eza Especial		•					
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercícios	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ser	vidores oc up antes d	le cargos do Grupo	Direção e Assessor	ramento Superior	•					
	2011	16.553.896,38	0,00	0,00	0,00	0,00	638.073,19	28.131,11	217.477,99	1.042.264,43	18.479.843,10
Exercícios	2010	17.049.389,84	0,00	0,00	0,00	0,00	593.240,00	26.874,65	476.413,38	1.042.264,33	19.188.182,20
	2009	16.971.935,47	0,00	0,00	0,00	0,00	612.319,28	63.610,69	30.964,51	1.045.822,81	18.724.652,76
	Ser	vidores oc up antes d	le Funções gratific	adas							
	2011	1.242.375,05	0,00	0,00	0,00	0,00	297.623,00	11.765,06	35.291,15	0,00	1.587.054,26
Exercícios	2010	1.188.711,72	0,00	0,00	0,00	0,00	252.018,00	10.219,70	61.089,47	0,00	1.512.038,89
	2009	1.165.587,33	0,00	0,00	0,00	0,00	248.655,50	2.490,49	0,00	0,00	1.416.733,32

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Ouadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

C	C												
	Unidade Contratante												
Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO													
UG/Gestão: 080005/00001 CNPJ: 02.658.544/0001-70													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contrat das atividade				res co	de exig ontrata S		Sit.	
					Início	Fim	P	С	P	C	P	C	
2010	L	0	14/2010	24.217.010/0001-41	01/06/10 31/05/12		-	•	-	-	•	-	P
2011	V	0	01/04/11	03.943.091/0001-97	01/02/11 31/01/13			-	-	-	P		

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenadoria de Contratos e Licitações (CCL)/Secretaria Administrativa -SADM)

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de servicos com locação de mão de obra

	Unidade Contratante																				
Nome: TRIB	Nome: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO																				
UG/Gestão:	UG/Gestão: 080005/00001 CNPJ: 02.658.544/0001-70																				
	Informações sobre os contratos																				
Ano do	Áros	Natureza	Identificação	Empresa Contratada (CNPJ)		tual de execução					de exigido ontratados										
contrato	Area	Natureza	do Contrato	(CNFJ)		das atividades contratadas		F	N	Л	S										
															Início	Fim	P	C	P	C	P C
2011	14	0	16/2011	11.370.316/0001-91	17/05/11	16/05/11						A									
Observações	:																				
<u>LEGENDA</u>				Natureza: (O) Ordinária; (E)																	
Área:																					

1. Conservação e Limpeza;

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Ouantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Segurança;

Vigilância;

- Transportes;
- Informática:
- Copeiragem;
- Recepção;
- Reprografia;
- 9. Telecomunicações;
- 10. Manutenção de bens móveis
- 11. Manutenção de bens imóveis
- 12. Brigadistas
- 13. Apoio Administrativo Menores Aprendizes
- 14. Outras

Fonte: Coordenadoria de Contratos e Licitações (CCL)/Secretaria Administrativa (SADM)

ITEM 7 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.7.1 - Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, RANNIERY DOS SANTOS LEITE, CPF nº 759.608.004-97, Coordenador de Contratos e Licitações, exercido no TRT da 13ª Região, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG,, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

João Pessoa, 21 de março de de 2012.

RANNIERY DOS SANTOS LEITE

CPF n° 759.608.004-97

Coordenador de Contratos e Licitações do TRT da 13ª Região

ITEM 8 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da

obrigação de entregar a DBR

	Cituação em volcação às	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR					
Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro			
	Obrigados a entregar a DBR	6	-	68			
Autoridades	Entregaram a DBR	6	=	68			
(Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Não cumpriram a obrigação	-	-	-			
	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-			
Cargos Eletivos	Entregaram a DBR	-	-	-			
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-			
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	866	889	819			
(Cargo, Emprego, Função de	Entregaram a DBR	758	781	711			
Confiança ou em comissão)	Não cumpriram a obrigação	108	108	108			

Fonte: Coordenadoria de Magistrados/Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal (SAPPE)

ITEM 9 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Ouadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno		A	valia	ção	
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos				X	

objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores			X		
e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em				X	
documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores			X		
dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções					
operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das					X
responsabilidades.					
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela				X	
UJ.					
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da				X	
unidade.					
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos				X	
seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses					
riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de			X		
conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de			X		
risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma				X	
escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da	X				
unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar					X
responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e			X		
valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e			X		
alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente			X		
de acordo com um plano de longo prazo.					
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios			X		

que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente	1			V	
				X	
relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e					X
comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para					X
permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e				X	
indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as				X	
direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade			X		
e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas			X		
avaliações sofridas.					
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
30. O sistema de controle interno da OJ tem contribuido para a memoria de seu desempenno.			Λ		

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- **(5) Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

FONTE: SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO (SCI)

ITEM 10 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem	X				
em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e					
matérias primas.					
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos			-	X	
pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de				A	
conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por			X		
fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de					
limpeza biodegradáveis).					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência					X
de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como					
critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
 Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido 					
considerada nesses procedimentos? ISO					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor					X
consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
 Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses 					
produtos sobre o consumo de água e energia? Foi constatada redução do consumo total					
de energia elétrica (Kwh) na ordem de 5,4% em relação ao ano de 2009, e de 8% em					
relação ao ano de 2010; Houve redução do consumo total de água (m³) de 5,4 % em					
relação ao ano de 2009, e de 0,3% em relação ao ano de 2010.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
PAPEL					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos					X
poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					
 Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi 					
incluído no procedimento licitatório? Veículos bi-combustível (flex); atendimento às					
normas do PROCONVE.					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,			X		
reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					

• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido				
manifestada nos procedimentos licitatórios?				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e				X
qualidade de tais bens/produtos.				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia,				
possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação,		\mathbf{X}		
à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que				
reduzam o impacto ambiental.				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua				
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir				
o consumo de água e energia elétrica.				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha			X	
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				
Palestras educativas; cartazes ilustrativos de boas práticas de economia de água e energia				
elétrica; criação do Programa Racionalizar(Ato TRT GP 289/2010).				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de				
proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus				
servidores.				X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha				
(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?				
Palestras educativas; eventos com exposição de vídeos e de trabalhos realizados				
por ONG's; criação de página na Intranet com artigos, informações e dados				
da gestão ambiental interna; visitas aos setores para esclarecimentos sobre				
coleta seletiva e impressão nos dois lados do papel; programa de coleta de				
pilhas e baterias.				
FONTE: CEMA (Coordenadoria de Engenharia e Manutenção); CPGAM (Comissão				
Permanente de Gestão Ambiental); CPL (Comissão Permanente de Licitação).				

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

ITEM 11 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

L	OCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	PROPRIEDAD	DE IMÓVEIS DE E DA UNIÃO DE ILIDADE DA UJ
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
	AREIA	1	1
	CAJAZEIRAS	1	1
	CAMPINA GRANDE	2	2
	CATOLÉ DO ROCHA	1	1
	GUARABIRA	1	1
	ITABAIANA	1	1
DDACH	ITAPORANGA	1	1
BRASIL	JOÃO PESSOA	5	5
	MAMANGUAPE	1	1
	MONTEIRO	1	1
	PATOS	1	1
	PICUÍ	1	1
	SANTA RITA	1	1
	SOUSA	1	1
_	Subtotal Brasil	19	19
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	19	19

Fonte: Serviço de Material e Patrimônio (SMP)

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

	•	QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE					
L	OCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	TERCEIROS PELA UJ					
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010				
BRASIL	PARAÍBA						
DRASIL	JOÃO PESSOA – Fórum Maximiano	1	1				

Subtotal Brasil	
Subtotal Exterior	
Total (Brasil + Exterior)	

Fonte: Serviço de Material e Patrimônio (SMP)

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Quauto A.11.5 – Di	3		Estado de		Valor do Imóv		Despesa com Manu	tenção no exercício
UG	RIP	Regime	Conservaçã o	Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
AREIA/PB	1921.00005.500-5	PRÓPRIO	BOM	R\$ 5.207,95	19/05/04		R\$ 82.147,65	R\$ 2.599,66
CAJAZEIRAS/PB	1975.00283.500-7	PRÓPRIO	BOM	R\$ 131.879,50	24/08/04			
CAMPINA CDANDE/DD	1001 00025 500 2	PRÓPRIO	BOM	D¢ 1 449 026 02	20/04/04			
GRANDE/PB CAMPINA	1981.00035.500-2	PRÓPRIO	BOM	R\$ 1.448.026,02				
GRANDE/PB	1981.00071.500-9		2011					
CATOLÉ DO	1007 00003 500 1	PRÓPRIO	BOM	D¢ 22 024 24	27/08/04			
ROCHA/PB	1987.00002.500-1	PRÓPRIO	BOM	R\$ 23.934,24	12/07/04			
GUARABIRA/PB	2027.00014.500-1	PRÓPRIO	BOM	R\$ 147.457,13	27/08/04			
ITABAIANA/PB	2039.00007.500-7			R\$ 134.554,84	27/08/04			
ITAPORANGA/PB	SEM CADASTRO	PRÓPRIO	ВОМ					
JOÃO PESSOA/PB	2051.00178.500-7	PRÓPRIO	BOM	R\$ 603.163,52	02/01/01		R\$ 5.462,11	
JOÃO PESSOA/PB	2051.00229.500-3	PRÓPRIO	TERRENO	R\$ 123.318,01	20/12/06			
JOÃO PESSOA/PB	SEM CADASTRO	PRÓPRIO	ВОМ				R\$ 5.462,11	
JOÃO PESSOA/PB	2051.00170.500-3	PRÓPRIO	BOM				R\$ 352.761,29	R\$ 113.038,65
JOÃO PESSOA/PB	SEM CADASTRO	COMODATO	ВОМ				R\$ 211,50	
MAMANGUAPE/PB	2079.00044.500-8	PRÓPRIO	BOM				R\$ 3.207,35	
MONTEIRO/PB	2095.00011.500-0	PRÓPRIO	BOM	R\$ 135.322,87	27/08/04			
PATOS/PB	2117.00015.500-6	PRÓPRIO	BOM	R\$ 130.421,70	31/08/04	R\$ 275.819,48		
PICUÍ/PB	2129.00002.500-9	PRÓPRIO	BOM	R\$ 130.888,05	07/02/02			
SANTA RITA/PB	SEM	PRÓPRIO	BOM				R\$ 61.346,99	

	CADASTRO							
SOUSA/PB	2225.00741.500-0	PRÓPRIO	BOM	R\$ 131.142,04	30/08/04	R\$ 266.264,53		
	Total						R\$ 510.599,00	R\$ 115.638,31

Fonte: Serviço de Material e Patrimônio (SMP)

OBSERVAÇÕES:

- 1. No tocante às REAVALIAÇÕES DOS IMÓVEIS, informamos que de acordo com a Comissão do Inventário Anual referente ao exercício de 2011, persiste a necessidade de preparar um servidor do quadro permanente deste Regional para efetuar as reavaliações anuais. É mister solicitar à Secretaria de Patrimônio da União que disponibilize um engenheiro avaliador, durante um curto período, para que acompanhado de um servidor da CEMA proceda à reavaliação de alguns imóveis e assim possa transmitir conhecimentos para o nosso servidor. Essa seria a opção mais viável. Outra alternativa seria a contratação de um avaliador da Caixa Econômica Federal para realizar tais reavaliações, o que seria oneroso para o Tribunal;
- 2. Quanto às demais informações referentes aos imóveis, sugerimos consultar a "LISTA DE IMÓVEIS DO TRIBUNAL DO TRABALHO TRT E SEUS PROCESSOS, em 13.01.2012" e respectivas pendências, colhida junto à Secretaria de Patrimônio da União, bem como o relatório da Comissão de Inventário Anual, ambos constantes no PROTOCOLO TRT Nº 26896/2011;
- 3. <u>Quadro A.11.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros:</u> O pagamento da locação é efetuado pela CEF (CONVÊNIO Nº 03/2009 PROTOCOLO TRT Nº 496/2011).

ITEM 12 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada

Ouesitos a serem avaliados			Avaliação					
Questios a serem avanados	1	2	3	4	5			
Planejamento da área								
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como								
um todo.					X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X			
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos								
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.								
			34					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X			

Segurança da Informação				
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente				
com segurança da informação.				X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída				
mediante documento específico.				X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas				
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as				
necessidades da UJ.		X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X	
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade				
oferecidas aos seus clientes.			X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao				
desenvolvimento interno da própria UJ.		10%		
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da				
contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de				
gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos				
e serviços de TI terceirizados?				X
Considerações Gerais:				

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
 - (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

FONTE: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)

ITEM 13 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

<u>Carrier and the second and the seco</u>		<u> </u>				
Código da UG	080005		Limite de Utilização da	ı UG	20.000,00	
	•		W-1 J- T !!4-	Val	or	
Por	ador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	Total
Francisco José R. Pereira	ı	01063874483	1.580,00	480,00	300,00	780,00
Ana Áurea Mendes da S	ilva	30879515449	1.000,00	-	800,00	800,00
Aciel Carneiro da Silva		35896817487	2.400,00	30,00	832,06	862,06
Jane Amaral Albuquerqu	ie Guedes	13597990444	1.230,00	200,00	-	200,00
Bivar Olyntho de M. E S	ilva Neto	36509310449	2.100,00	-	1.387,91	1.387,91
Fernando Nicolau de Ara	nújo	37382551415	800,00	-	599,00	599,00
Benedito Soares de Araú	jo	43639062434	2.000,00	-	1.475,20	1.475,20
José Geraldo Carneiro da	a Silva	43714137491	600,00	-	200,00	200,00
Rubens Augusto B. Paiv	a	46861785415	1.200,00	280,00	600,00	880,00
José Jácio da Fonseca Fu	ırtado	56958200497	1.000,00	-	1.200,00	1.200,00
Maria das Dores F. Alve	s de Lima	58485392434	900,00	-	600,00	600,00
Sônia Maria Vieira Araú	jo	67530850415	1.550,00	200,00	550,00	750,00
Erli Bandeira de Sousa		67559395449	1.100,00	350,00	350,00	700,00
Zuleide Pereira de Mede	iros	79043895415	400,00	80,00	297,00	377,00
Pericles Costa Matias		90551931434	5.600,00	265,00	3.400,48	3.665,48
Fábio de Oliveira Lucena	a	60327855487	400,00	400,00	-	400,00
Total utiliz	ado pela UG			2.285,00	12.591,65	14.876,65
Código da UG 2:			Limite de Utilização da	uG:		
	-	-	-	-	-	-
	=	-	-	=	-	-
	ado pela UG			=	-	-
Total utiliz	ado pela UJ			2.285,00	12.591,65	14.876,65
	ado pela UJ			2.285,00	12.591,65	<u>-</u>

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo

(Série Histórica)

Valores em R\$ 1.00

(20110 1111	7 4101 CB CHI 14 1,00				
Exercícios Saque			Fatura	Total (R\$)	
Exercicios	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	12	2.285,00	52	12.591,65	14.876,65
2010	07	680,00	59	12.234,45	12.914,45

2009	12	2.022,00	56	11.731.48	13.753.48
2007	14	2.022,00	20	11.751,70	13.733,70

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças (SPF)

ITEM 15 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

	Unidade Jurisdicionada						
Denomir	nação completa:					Código SIORG	
Tribunal	Regional do Trabalho d	a 13ª Região					
		Deliberaçõ	ões do T	rcu			
		Deliberações exp	pedidas	pelo TCU			
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ção Expedida	
1	TC 002.102/2011-0	3876/2011 – 2ª C	9.2,, 9.4.2	Comunicações processuais	Controle 3208 de 13/06/2011	80 – TCU/SEFIP	
Órgão/ei	ntidade objeto da deter	minação e/ou recomenda	ção			Código SIORG	
	Tribuı	nal Regional do Trabalho	da 13ª	Região			
Descriçã	o da Deliberação:						
		es de Hosana Regis Marinh s correspondentes à fração				ros.	
		Providênci	as Ado	tadas			
Setor res	sponsável pela implem	entação				Código SIORG	
Serviço d	le Pagamento e Adminis	stração de Pessoal					
Síntese d	la providência adotada	:					
	Corrigido. Expedido novos títulos de pensão. Restituídos os pagamentos.						
Síntese d	Síntese dos resultados obtidos						
Análise o	Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

	Unidade Jurisdicionada							
Denomin	nação completa:					Código SIORG		
Tribunal	Regional do Trabalho d	a 13ª Região						
		Deliberaçã	ies do T	ГCU				
		Deliberações exp	edidas	pelo TCU				
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ação Expedida		
2	TC 020.451/2011-3	6202/2011 – 2ª C		Comunicações Processuais	OF 36510 01/09/2011	– TCU/Sefip de		
Órgão/e	ntidade objeto da deter	minação e/ou recomenda	ção			Código SIORG		
	Tribuı	nal Regional do Trabalho	da 13ª	Região				
Descriçã	o da Deliberação:							
Consider	ar prejudicada, por perd	a de objeto, a apreciação pa	ara fins	de registro do AT	O de Admissão	da servidora Eliane		
Maria Lu	ına Beltrão motivado pe	lo seu desligamento.						
		Providência	as Adot	tadas				
Setor res	sponsável pela implem	entação				Código SIORG		
Serviço d	le Pagamento e Adminis	tração de Pessoal						
Síntese d	la providência adotada	:						
	nos assentamentos func							
Síntese dos resultados obtidos								
Análise o	Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor							

	Unidade Jurisdicionada						
Denomir	Denominação completa: Código SI						
Tribunal	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região						
		Delibera	ções do T	CU			
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ıção Expedida	

3				Requisição	Of 350/2011 18/08/2011	-TCU	Sefip de
Órgão/ei	ntidade objeto da deter	minação e/ou recomenda	ıção			Códig	go SIORG
	Tribun	al Regional do Trabalho	da 13ª	Região			
Descriçã	o da Deliberação:						
I .	metodologia de cálculo lo art. 40 da CF/1988	adotada pelo TRT da 13	^a Região	para apurar os	proventos de qu	ie trata (o parágrafo
		Providênc	ias Ado	tadas			
Setor res	sponsável pela impleme	entação				Códig	go SIORG
Serviço d	le Pagamento e Adminis	tração de Pessoal					
Síntese d	la providência adotada	•					
Atendido	o. Ofício TRT SCI Nº 05	/2011 de 05/09/2011					
Síntese d	Síntese dos resultados obtidos						
Análise o	Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

	Unidade Jurisdicionada							
Denomin	ação completa:					Código SIORG		
Tribunal	Regional do Trabalho d	a 13ª Região						
		Deliberaçõ	ões do T	CU				
		Deliberações exp	oedidas	pelo TCU				
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ıção Expedida		
4	024.696/2010-2	Ac 1935/2011-1 ^a C		Diligência	Of 244/2011 - 12/08/2011	TCU SERUR d		
Órgão/er	ntidade objeto da deter	minação e/ou recomenda	ção			Código SIORG		
	Tribu	nal Regional do Trabalho	da 13ª]	Região				
Descrição	o da Deliberação:							
,	Solicitação de laudo da Junta Médica Oficial que ateste a data da invalidez para fins de aposentadoria no serviço público da servidora Maria das Neves Vieira de Melo							
		Providênci	as Adot	tadas				

Setor responsável pela implementação	Código SIORG			
Secretaria de Controle Interno				
Síntese da providência adotada:				
Atendido. Ofício TRT SCI Nº 03/2011 de 24/08/2011				
Síntese dos resultados obtidos				
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor				
	- 0			

	Unidade Jurisdicionada							
Denomin	nação completa:	Cindude 90	ii isaicio			Códig	o SIORG	
	Regional do Trabalho da	a 13ª Região					•	
		Deliberaç	ões do T	CU				
		Deliberações ex	pedidas	pelo TCU				
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ação Exp	pedida	
5	021.566/2006-0			Comunicação Processual - Circular	Of 234/2011 13/07/2011	-TCU	Sefip de	
Órgão/er	ntidade objeto da deter	minação e/ou recomenda	ıção			Códig	go SIORG	
	Tribun	al Regional do Trabalho	da 13 ^a]	Região				
Descriçã	o da Deliberação:							
Informaç	ões acerca de acumulaçã	io de cargos, empregos e f	unções p	oúblicas no TRT o	la 13ª Região			
		Providênci	ias Adot	adas				
Setor res	sponsável pela impleme	entação				Códig	go SIORG	
Serviço d	le Pagamento e Adminis	tração de Pessoal						
	la providência adotada							
Atendido. Ofício TRT SCI Nº 02/2011 de 15/08/2011								
Síntese dos resultados obtidos								
						_		

	Unidade Jurisdicionada							
Denomin	ação completa:					Códig	o SIOR	G
Tribunal	Regional do Trabalho da	ı 13ª Região						
		Deliberaç	ões do T	CU				
		Deliberações ex	pedidas	pelo TCU				
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ação Exp	pedida	
6				Requisição	Of 294/2011 08/08/2011	-TCU	Sefip	de
Órgão/er	ntidade objeto da deter	minação e/ou recomenda	ıção			Códig	o SIOR	≀G
	Tribun	al Regional do Trabalho	da 13 ^a]	Região				
Descriçã	o da Deliberação:							
Encaminl	nar fichas financeiras de	magistrados e servidores						
		Providênc	ias Adot	adas				
Setor res	ponsável pela impleme	ntação				Códig	o SIOR	kG
Serviço d	e Pagamento e Adminis	tração de Pessoal						
Síntese d	a providência adotada	:						
Atendido. Ofício TRT SCI Nº 04/2011 de 25/08/2012								
Síntese dos resultados obtidos								
Análise o	Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor							or
İ								

Unidade Jurisdicionada							
Denomir	Denominação completa: Código S						
Tribunal	Regional do Trabalho d	a 13ª Região					
	Deliberações do TCU						
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
7	TC 475.100/1995-6	6698/2009 2ªC		Diligência	Of 1221/2011 - de 02/08/2011	- TCU/SECEX-PB	

Código SIORG	Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação
	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
	11 ibunat Kegionai do 11 abamo da 13 Kegiao

Descrição da Deliberação:

Solicitação de documentos e informações sobre quitação judicial de débitos imputados ao servidor Max Mendonça Meira e ao juiz Severino Marcondes Meira

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria Geral da Presidência	

Síntese da providência adotada:

Atendido através do Ofício TRT SGP Nº 224/2011 de 30/08/2011

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

	Unidade Jurisdicionada						
Denomin	Código SIORG						
Tribunal	Regional do Trabalho d	a 13ª Região					
		Deliberaçã	ies do T	CU			
	Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
8	TC 013.630/2005-0	2.191/2011 – 1ª C	9.3	Comunicação de decisão/recurso	Of 0749/2011 – TCU/SECEX		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG	
	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região						

Descrição da Deliberação:

9.3- Determinar ao TRT da 13ª que se abstenha de promover qualquer alteração na estrutura de cargos de seus servidores sem amparo legal.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria Geral da Presidência	
Síntese da providência adotada:	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providencia de contra de co	ências pelo gestor

Sintese u	os resultados oblidos						
Análise c	rítica dos fatores positi	vos/negativos que facilit	aram/ni	reiudicaram a ad	locão de provid	ências n	elo gestor
111111111111111111111111111111111111111	11104 405 14101 65 60511	, os, nogari, os que raeme	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		eoşuo de provid	one p	-10 Bessel
		Unidade Ju	risdicio	mada			
Denomin	ação completa:	- Cindude se	Tiburcio			Códig	go SIORG
	Regional do Trabalho da	13ª Região					,
		Deliberaç	ões do T	TCU			
		Deliberações ex	pedidas	pelo TCU			
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunica	ação Exp	pedida
9	027.085/2010-4	3183/2010 P	9	Comunicação	Of 294/2011 08/08/2011	-TCU	Sefip de
Órgão/en	tidade objeto da deterr	ninação e/ou recomenda	ção			Códig	go SIORG
	Tribuna	l Regional do Trabalho	da 13ª	Região			
Descrição	o da Deliberação:						
Para ciêno	cia e adoção de eventuais	providências que entend	er pertin	entes.			
		Providênci	as Adot	tadas			
Setor res	ponsável pela implemer	ntação				Códig	go SIORG
Secretaria Geral da Presidência							
	a providência adotada:						
2) Recebi		nados . ocessual (Controle Nº 37 nou insubsistente o Acór			2011), que encar	minhou c	cópia do
Síntese d	os resultados obtidos						

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo ges

Fonte: Secretaria de Controle Interno (SCI)

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada							
Denomina	Denominação completa: Código SIORG						
Tribunal R	Regional do Trabalho da	a 13ª Região					
		Deliberações	do TCU				
		Deliberações expedi	idas pelo '	TCU			
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comuni	cação Ex	pedida
1	TC 475.164/1996-2	8648/2011 – 2ª C		Comunicaçã o/Julgament o de Contas	OF N TCU/SECF 16/11/2011		752/2011- de
Órgão/ent	tidade objeto da deter	minação e/ou recomendação				Códig	o SIORG
	Tribuı	nal Regional do Trabalho da	13ª Regiã	ío			
Descrição	da Deliberação:						
	erminou ao TRT o ress uxílio-alimentação.	sarcimento de valores pagos	a inativos	e pensionistas	nos exercício	de 1995	5 e 1996 a
		Justificativa apresentada pel	o seu não	cumprimento			
Setor responsável pela implementação					Códig	o SIORG	
Serviço de Pagamento e Administração de Pessoal							
Justificativa para o seu não cumprimento:							
$Dificuldades\ na\ operacionalização\ dos\ dados\ para\ cumprimento\ da\ determinação,\ fato\ este\ comunicado\ ao\ TCU\ através\ do\ Ofício\ TRT\ SGP\ 035/2012\ de\ 07/03/2012$							

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor Os dados financeiros estavam acondicionados em bancos de dados distinto do atualmente utilizado pelo TRT, dentre

Fonte: Secretaria de Controle Interno (SCI)

outras que constam do referido ofício enviado.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

	Unidade Jurisdicionada						
Denominaç	Código SIORG						
Tribunal Re	egional do Trabalho da 13ª Região						
	Recomendações	s do OCI					
	Recomendações expe	didas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunic	cação Expedida			
1			Proto	c 4246/2011			
Órgão/enti	dade objeto da recomendação			Código SIORG			
	Tribunal Regional do Trabalho da	13ª Região					
Descrição o	da Recomendação:						
Alteração d	e minuta de termo aditivo de contrato						
	Providências A	dotadas					
Setor respo	onsável pela implementação			Código SIORG			
Coordenado	oria de Contratos e Licitações						
Síntese da	providência adotada:						
Recomendação cumprida							
Síntese dos resultados obtidos							
A Coordenadoria de Contratos e Licitações passou a incluir nos aditamentos contratuais referência a cláusula de prorrogação constante em todos os contratos firmados pelo TRT							
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor							
			_	• •			

Unidade Jurisdicionada						
Denomina	Denominação completa:					
Tribunal R	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região					
	Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			

2		Proto	c. 4820/2011		
Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG				
Tribunal Regional do T	Trabalho da 13ª Região				
Descrição da Recomendação:					
Curso realizado sem prévio empenho					
Pro	ovidências Adotadas				
Setor responsável pela implementação			Código SIORG		
Gabinete da Direção Geral					
Síntese da providência adotada:					
Convalidação dos atos praticados nos termos do art	. 55 da Lei nº 9784/99				
Síntese dos resultados obtidos					
Atos administrativos convalidados e pagamento efe	etuado aos ministrantes, evitando	o-se enriqueciment	o ilícito da União.		
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada								
Denomina	Código SIORG							
Tribunal R	Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região							
Recomendações do OCI								
Recomendações expedidas pelo OCI								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida					
3			Protoc	Protoc 18013/2011				
Órgão/ent	Órgão/entidade objeto da recomendação							
Descrição	Descrição da Recomendação:							
Observar e cumprir os itens dos projetos básicos para contratação de treinamentos.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação				Código SIORG				
Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Judicial								

Síntese	da	providência	adotada:

Os setores passaram a observar o projeto básico elaborado para os cursos.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Fonte: Secretaria de Controle Interno (SCI)

ITEM 17 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Uma das grandes conquistas desta Administração, no exercício de 2011, foi a conclusão do projeto de modernização das instalações físicas, mediante a aquisição de mobiliário, a qual tem por objetivo a melhoria dos ambientes de trabalho. Esta ação se constituiu no cumprimento de uma das mais importantes e desafiadoras metas estabelecida no Planejamento Estratégico deste Regional. Foram adquiridos mobiliários para diversas unidades administrativas e judiciárias, visando à complementação da modernização, atendendo aos modernos conceitos de ergonomia e funcionalidade dos móveis deste Tribunal.

Preocupada com saúde dos profissionais que trabalham nesta Justiça Especializada, a Administração deste TRT adquiriu, no exercício de 2011, 300 (trezentos) monitores de LCD, em substituição aos antigos monitores CRT, ainda presente em várias Unidades Administrativas e Judiciárias. Esta ação objetiva minimizar os efeitos danosos, na visão de magistrados e servidores, provenientes da implantação, em todo o Regional, do Processo Eletrônico. Os monitores de LCD, além de possuírem melhor resolução, emitem menos luminosidade que os CRT. Além disso, estão sendo disponibilizados monitores duplos para melhor visualização do processo eletrônico, o que contribui no aprimoramento na prestação jurisdicional.

A informatização, por sua vez, tem sido priorizada com inúmeros programas a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, possibilitando substancial melhoria na dinâmica dos trabalhos jurisdicionais, em especial a celeridade e o controle dos atos e prazos processuais, repercutindo na elevação da qualidade e eficiência da atividade institucional.

Tal fato tem contribuído para que o TRT13 se mantenha como um dos três tribunais mais céleres do Brasil. Esse auspicioso resultado não se deu por acaso. Pelo contrário, é fruto de intenso trabalho realizado nos últimos anos, capitaneado pelo Presidente em exercício juntamente com a equipe de STI e demais magistrados e servidores.

Noutra seara, também merece ser ressaltado o investimento maciço que este regional fez na capacitação de seu quadro de magistrados, através da EJUD e de servidores por meio da SEGEPE, buscando-se alcançar as Metas estabelecidas pelos Conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

ITEM 1 DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR				
Denominação completa (UJ)	Código da UG			
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO	080005			

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	JOÃO PESSOA	Data	14.03.2012
Contador Responsável	SALETIEL DIAS PAZ	CRC nº	4430-PB